

Por um novo congresso

A Mesa da Câmara, reunida ontem, decidiu cortar o pagamento de jeton dos parlamentares desde que comprovadas as ausências através de pedido de verificação de quorum, ao mesmo tempo em que designou comissão para estudar o capítulo do Poder Legislativo, a fim de devolver os predicamentos da instituição subtraídos pela Emenda Constitucional nº 1, da Junta Militar, em 1969.

Ulysses Guimarães e seus companheiros de Mesa mostraram-se sensíveis à pressão da opinião pública para que o Poder Legislativo ingresse em novos tempos. A respeito da constante preocupação da imprensa com a falta de presença dos parlamentares nas sessões das duas Casas do Congresso, cumpre fazer algumas observações.

Nos últimos 21 anos, o mandato parlamentar perdeu muito de sua atração, por força dos poderes que foram subtraídos pelo regime militar à instituição legislativa. O Congresso passou a servir apenas para compor a paisagem e dar ao regime autoritário a aparência de uma democracia representativa.

A falta de atribuições, os dirigentes das duas Casas se preocuparam seguidamente em ampliar o espaço físico de suas instalações a um nível como talvez outro parlamento do mundo não conheça. Hoje, o Congresso continua a funcionar como uma instituição castrada e essa circunstância pode explicar a habitual falta de motivação da maioria em comparecer aos trabalhos do nosso Legislativo.

Há irresponsabilidade, sem dúvida, mas existem parlamentares absolutamente ciosos dos seus deveres e obrigações. E não se deve ignorar que o trabalho do Congresso não é só de plenário, mas o de comissão, como o da peregrinação por Ministérios e repartições públicas e até o contato constante com as bases. Este é um ano eleitoral e nada mais natural que os parlamentares retomem o caminho de seus Estados a fim de se reciclarem para a campanha. Constitui um erro exigir dos parlamentares assinatura de ponto como se fossem meros burocratas.

A Mesa da Câmara dos Deputados deu uma demonstração de que pretende ir ao fundo da questão ao designar comissão incumbida de analisar todo o Capítulo do Poder Legislativo para estudar as atribuições que lhe devem ser devolvidas, assim como indicar as providências capazes de conferir maior eficácia e dinamismo na ação das duas Casas do Congresso Nacional.

Resta examinar, com seriedade, o problema da remuneração dos parlamentares de forma a acabar com os esdrúxulos penduricalhos que enfeitam os seus contracheques. Outro ponto importante é o do pagamento dos "jetons" por sessão, estabelecendo-se um roteiro de votações, em dias determinados, com obrigatoriedade de comparecimento, de forma a permitir que o parlamentar possa cumprir outras obrigações igualmente importantes no exercício de seus mandatos.

O Congresso, que representa bem ou mal a sociedade brasileira, não é melhor ou pior que os outros. Depois de 21 anos de autoritarismo ele não estará isento dos vícios e deformações que a Nova República poderá eliminar e corrigir através de um estudo adequado de seu mecanismo de funcionamento. Nessa linha, é essencial restabelecer as prerrogativas da instituição que os militares suprimiram durante o seu reinado.

TARCISIO HOLANDA